



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM HISTÓRIA LOCAL
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL:
SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CULTURA**

EDILSON DE SOUZA MARQUES

**DAS CARTAS PASTORAIS: A ATUAÇÃO INTELLECTUAL DE DOM ADAUTO
HENRIQUES NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1900-1909)**

CAMPINA GRANDE - PB

2020

EDILSON DE SOUZA MARQUES

**DAS CARTAS PASTORAIS: A ATUAÇÃO INTELECTUAL DE DOM ADAUTO
HENRIQUES NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1900-1909)**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Estudos de História Local: Sociedade, Educação e Cultura, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio.

Linha de Pesquisa: Política, instituições e identidades

Campina Grande- PB
2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M357d Marques, Edilson de Souza.

Das cartas pastorais [manuscrito] : a atuação intelectual de Dom Adauto Henriques na Primeira República (1900-1909) / Edilson de Souza Marques. - 2020.

30 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Estudos de História Local, Sociedade, Educação e Cultura) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.

"Orientação : Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa."

1. História da Paraíba. 2. Igreja católica. 3. Religioso paraibano. 4. Sociedade paraibana. 5. História intelectual. I.

Título

21. ed. CDD 981.33

EDILSON DE SOUZA MARQUES

**DAS CARTAS PASTORAIS: A ATUAÇÃO INTELECTUAL DE DOM ADAUTO
HENRIQUES NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1900-1909)**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Estudos de História Local: Sociedade, Educação e Cultura, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Especialista.

Data da avaliação: 15/07/2020

Nota: 9,5

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio - UEPB

(Orientador)



Prof. Dr. Jordan Queiroz Gomes - UEPB

(Examinador Interno)



Profa. Me. Bruna Cristina Lima Nascimento – UFCG

(Examinadora Externa)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A PARAÍBA E AS OLIGARQUIAS NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA.	9
2.1 Dom Adauto: do nascimento à consagração de arcebispo na Paraíba.....	13
3. O INTELLECTUAL DOM ADAUTO E O SEU PENSAMENTO POLÍTICO.....	16
3.1 As cartas pastorais: dos males da ignorância religiosa (1905) e Deus e pátria (1909)	20
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
5. REFERÊNCIAS	31

DAS CARTAS PASTORAIS: A ATUAÇÃO INTELECTUAL DE DOM ADAUTO HENRIQUES NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1900-1909)

Edilson de Souza Marques¹

RESUMO

Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques foi o primeiro bispo e arcebispo da Paraíba e durante todo o período do seu bispado (1894-1935) se articulou fazendo alianças com as autoridades paraibanas e soube atuar em diversas áreas da sociedade, exercendo sua influência tanto na área religiosa, política e educacional, em luta de um projeto que visava restaurar o poderio da Igreja Católica e sua influência na sociedade paraibana no contexto da primeira república. Em síntese, para além da atuação do bispo como um religioso que também atuou no campo político, nossa proposta nesse artigo foi buscar compreender a atuação de Dom Aduino no campo intelectual. Para nosso suporte teórico e bibliográfico realizamos leituras no campo da história intelectual, história cultural e história política. A partir da utilização de algumas cartas pastorais: “Dos Males da Ignorância Religiosa “ (1905) e “Deus e Pátria” (1909), bem como do uso da metodologia de leituras dessas cartas escritas pelo bispo, buscamos perceber qual era a base teórica e intelectual que fundamentou seus discursos e como isso influenciou na elaboração de seus argumentos em defesa da importância da religião católica para a sociedade, como também almejamos compreender como o bispo buscou influenciar os seus leitores se colocando por algumas vezes com interprete dos escritos papais, criando para si, a partir de seus escritos, uma representação de intelectual e de homem que deveria ser ouvido e seguido pelos fiéis católicos paraibanos.

Palavras-chaves: Dom Aduino. História Intelectual. Igreja Católica.

ABSTRACT

Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques was the first bishop and archbishop of Paraíba and throughout the period of his bishopric (1894-1935) he articulated himself making alliances with the Paraíba authorities and knew how to work in various areas of society, exercising his influence both in the religious, political and educational areas in struggle for a project aimed at restoring the power of the Catholic Church and its influence in Paraíba society in the context of the first republic. In summary, in addition to the bishop's performance as a religious who also served in the political field, our proposal in this article was to understand the performance of Dom Aduino in the intellectual field. For our theoretical and bibliographic support we conduct readings in the field of intellectual history, cultural history and political history. From the use of some pastoral letters: "Dos Males da Ignorância Religiosa" (1905) and "Deus e Pátria" (1909), as well as the use of the methodology of reading these letters written by the bishop we sought to understand what was the theoretical and intellectual basis that underpinned his discourses and how this influenced the elaboration of his arguments in defense of the importance of the Catholic religion for society, as we also aim to understand how the bishop sought to influence his readers by sometimes interpreting

¹ edyhistory@gmail.com

the papal writings, creating for himself, from his writings, a representation of intellectual and man that should be heard and followed by the Catholic faithful of Paraíba.

Keywords: Don Adauto. Intellectual History. Catholic Church

1 INTRODUÇÃO

A historiografia tem se debruçado em escrever sobre a atuação da Igreja Católica na sociedade brasileira após a Proclamação da República e o fim do regime do Padroado². Mesmo com a laicização do Estado, a Igreja Católica não deixou de exercer sua influência na sociedade, principalmente através de figuras que representavam a Santa Sé. Diante disso, alguns sacerdotes da Igreja adotaram uma posição conhecida como ultramontanismo³ ou romanização.

No contexto da velha república no Estado da Paraíba temos a atuação de uma figura de grande importância: Aduino Aurélio de Miranda Henriques (1855-1935). Forte defensor da romanização, D. Aduino, como era chamado, buscará combater o catolicismo popular e tecerá fortes críticas as autoridades que estavam desprezando não só a autoridade da Igreja, como conseqüentemente a visão de Deus, de acordo com as visões da Igreja Católica Romana. A Paraíba vivia um período onde era governado por oligarquias, governo concentrado em grupos familiares, uma delas conhecida como *alvarismo*⁴, este foi de grande importância para o trabalho realizado pelo bispo Dom Aduino.

Para entendermos melhor a figura de Aduino Aurélio de Miranda Henriques, faz-se necessário brevemente citar um pouco de sua biografia e suas multifaces. Segundo Silva (2012, p. 15):

Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques nasceu em Areia no 1855. Filho do coronel Idelfonsiano Clímaco Clodoveu de Miranda Henriques, que era senhor de engenho, com as propriedades do Buraco e Fundão, na mesma cidade, e de Laurinda Esmeralda de Sá e Mello. Sua família fora muito importante na política das capitanias e posteriormente Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo seu trisavô Francisco Xavier de Miranda Henriques, capitão mor do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, no século XVIII.

Foi ordenado Padre, após estudar no Seminário de Olinda. Se formou em Filosofia, Teologia, e doutorou-se em Direito Canônico na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma. Futuramente passou a atuar como professor no Seminário de Olinda. Aos 38 anos recebeu a indicação para bispo da diocese recém-criada da cidade da Paraíba no ano de 1894. Aonde vai atuar no combate ao catolicismo popular, outras religiões e concepções

² O padroado era a prática de permissão dada pela Igreja de Roma a um administrador civil, que possibilitava determinado grau de controle sobre igrejas locais ou nacionais. No contexto do Império brasileiro, esse poder foi dado ao imperador D. Pedro II, onde ele usou de seu poder político para interferir na igreja brasileira, nomeando representantes eclesiásticos em troca de pagamento de salários.

³ Essa posição defendia o caráter universal da Igreja Católica e que os sacerdotes deveriam obediência total e irrestrita ao Papa.

⁴ O alvarismo foi um grupo oligárquico que dominou a política paraibana de 1894 a 1912.

ideológicas: espiritismo, protestantismo e ideias como o racionalismo, o marxismo, entre outros pensamentos que eram contrárias as doutrinas da Igreja Católica. Conforme nos diz Silva (2012, p.17)

O Bispo foi elevado a baluarte da defesa da Igreja contra os males mundanos, que a tentava destruir, desse modo, conseguiu se tornar uma figura de poder, seja dentro da Igreja católica ou fora, seja como eclesiástico, ou como membro da sociedade na qual desempenhava uma posição de destaque, contando com um grande prestígio perante os poderosos da época, que viam a Igreja católica com um sustentáculo do seu poder.

Percebemos nessa breve biografia duas faces do bispo, a política e a religiosa, e seu prestígio não só dentro da Igreja Católica como na sociedade da Paraíba republicana. Destarte, nosso objeto de pesquisa será a figura do primeiro arcebispo da Paraíba: Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques. Em síntese, nossa proposta é buscar compreender a figura, não apenas como um religioso que também atuou no campo político, como também no campo intelectual que se tornou um influenciador em vários campos da sociedade da primeira república paraibana.

Pretendemos responder algumas questões: qual a atuação de Dom Aduino no campo dos debates das ideias intelectuais na primeira década do século XX? Como Dom Aduino utilizou-se de sua influência para construir o seu prestígio social e intelectual através de seus escritos? Quais as ações, nesse jogo de poder, o bispo usou para permanecer influente na sociedade e assim fortalecer e recuperar o poder da Igreja Católica na Paraíba?

Para responder tais questionamentos, utilizaremos de cartas pastorais escritas por Dom Aduino que fazem parte atualmente do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. Ambas estão divididas em três tomos. O recorte temporal que essas cartas cobrem vão de 1894 a 1935. Nelas são abordados os mais variados assuntos, os quais o primeiro bispo da Paraíba achava de extrema importância para alcançar, controlar e influenciar os fiéis. Não utilizaremos todas as cartas, todavia escolhemos algumas que estão dentro do recorte temporal de 1900 a 1909. A escolha do recorte se justifica a partir das nossas leituras das cartas pastorais levando em considerações os temas abordados nestas correspondências públicas que demonstram o lado intelectual e o poder de influência do bispo, bem como destacar o contexto inicial da república paraibana. Por fim, as nossas referências bibliográficas serão teses, dissertações, monografias e artigos a respeito não só da figura do bispo Dom Aduino: Silva (2012), Borges (2016), como também o contexto da Paraíba republicana e a relação entre Igreja e Estado, como os trabalhos de Dias (2008), Sousa Junior (2015), dentre outros.

Sobre a metodologia dos usos das cartas, sabemos que as cartas se enquadram nos documentos chamados de *escrita de si*. As cartas são elementos autobiográficos que abre para os historiadores um leque de possibilidades. Esses registros autobiográficos, conforme diz Malatian (2009, p.194-195):

Resultam de atividades solitárias de introspecção, ainda que sua autoria possa ser partilhada por secretários, assessores ou familiares. Trata-se de escrita de si, na primeira pessoa, na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta. Nos documentos que a expressam, entre eles as cartas, a palavra constitui o meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito.

Nesse sentido, o uso das cartas pastorais como fontes eclesiais nos possibilita perceber como o bispo Dom Adauto reforçou a sua representação de intelectual perante os seus subordinados e fiéis, demonstrando todo o seu poder de baluarte da Igreja Católica, bem como nos possibilita compreender como o bispo percebia o mundo ao seu redor, apontando quais eram os males que prejudicavam cada vez mais e qual a direção a sociedade deveria seguir, fazer jus ao seu lema "*Iter para Tutum*" que significa prepara o caminho seguro.

Nosso embasamento e discussão teórica estão relacionados ao campo da história dos intelectuais, história política e história cultural. Ressaltamos que optamos por dar enfoque a História dos Intelectuais e pensar o personagem Dom Adauto enquanto intelectual, pois, tal olhar nos possibilita, por meio desse estudo, entender a sociedade na qual ele estava inserido e assim levantar as questões sobre o seu tempo histórico, bem como sua influência na sociedade. Nesse sentido, um dos nossos referenciais teóricos é Sirenelli (1996) com o conceito de intelectual. Portanto, um dos questionamentos que nos surgiu foi entender qual seria a definição de intelectual? Sabemos que existe uma dificuldade com relação essa definição. Conforme nos diz Fernandes (2014, p.22):

Uma das dificuldades trazidas pela História Intelectual é a respeito de definir o sentido da palavra intelectual. Diante dessa dificuldade, Sirenelli não traz a solução, mas propõe uma delimitação do problema em torno de duas possíveis definições para a palavra intelectual. A primeira é numa perspectiva sociocultural, nela o autor entende como sendo intelectuais os criadores e/ou mediadores culturais, como exemplo, os jornalistas, escritores e professores. A segunda definição é baseada no engajamento social, nesse sentido, o intelectual é entendido como ator social que assume um ponto de destaque e intervenção na sua sociedade. As duas definições não devem ser pensadas como sendo separadas, já que a primeira ajuda a legitimar a segunda, pois as duas, segundo o autor, são elementos socioculturais. É o saber que o indivíduo domina que faz com que seja reconhecido por seus pares e permite a ele o direito de intervir na sociedade. Deste modo, as duas significações devem ser pensadas imbricadas.

Assim, percebemos que o nosso objeto de pesquisa se enquadra nas duas perspectivas propostas pelo Sirenelli: perspectiva sociocultural e no engajamento social, pois, Dom Aauto foi escritor (jornais, cartas) e professor de seminário, bem como foi um ator social de destaque, sendo o representante e baluarte da Igreja Católica Romana e que seus escritos e atitudes influenciaram e interviam na sociedade da república paraibana. Outro referencial teórico é Chartier (2002), utilizaremos do conceito de representação, para entender como o bispo pensava, e produzia representações sobre si enquanto intelectual, bem como se apropriava dos escritos papais para fortalecer sua imagem e prestígio social.

O nosso trabalho está dividido em dois momentos. Na Primeira parte falamos sobre o contexto histórico, social e político em que estava inserida a Paraíba com relação à primeira república paraibana. Buscamos nesse tópico entender como se deu o processo de adesão a Proclamação da República no Estado e como se formou as primeiras oligarquias paraibanas e de forma breve compreender quais e como eram as relações dessas entre si nos jogos de poder político que permeou a primeira república paraibana. Ainda no mesmo tópico, em desdobramento fazemos de forma sucinta uma biografia do Dom Aauto falando desde o seu nascimento a consagração a arcebispo do Estado.

No segundo tópico, iremos problematizar a ideia de pensar o Dom Aauto enquanto intelectual, a partir da análise de cartas “Dos Males da Ignorância Religiosa (1905) e “Deus e Pátria (1909), bem como este cria para si a representação de intelectual e de um homem que deveria ser ouvido, tal como perceber com Dom Aauto fortalece o seu prestígio intelectual sobre os seus subordinados, se colocando muitas das vezes enquanto intérprete dos escritos papais, se apropriando assim desses discursos voltados para os fiéis e para a população quando as cartas abordavam outros temas além dos religiosos, como política e ideal de sociedade, por fim, ao analisar as cartas pastorais, buscamos perceber como Dom Aauto defendia suas ideias com base em argumentos de teóricos e intelectuais contrarrevolucionários na defesa da importância da religião católica para a sociedade.

2 A PARAÍBA E AS OLIGARQUIAS NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA.

A historiografia tem registrado que a chegada da notícia da Proclamação da República não foi comemorada na Paraíba e não teve receptividade imediata, pois apesar de a Paraíba ter participado de movimentos e revoltas republicanas ao lado de Pernambuco, tais como a

Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824), a maioria da população não sabia o que estava acontecendo com o Brasil nesse contexto, pois, as ideias republicanas eram pouco divulgadas na província paraibana e também não havia a presença de instituições republicanas durante a proclamação. A divulgação de companhia republicana era tímida e tinha como arautos os jornais *Gazeta da Parahyba*, da cidade da Parahyba, e *A Gazeta do Sertão*, de Campina Grande (GURJÃO, 1999). Deste modo, como se deu o processo de adesão à república na província da Paraíba? Como a notícia chegou à Paraíba?

O historiador Dias (2008 p.65) citando Almeida (1978, p.207-208) fala um pouco como se deu os primeiros dias da instalação da república na Paraíba:

No dia 16 de Novembro, chegou à Paraíba a notícia oficial da Proclamação da República. O proprietário do jornal conservador e anti-republicano, Eugênio Toscano, aderiu, imediatamente, ao novo regime, convocou um grupo de políticos, militares e civis e organizou uma junta governativa, que durou dois dias. No dia 18 foi proclamada, de uma das janelas do quartel, uma outra junta, liderada pelo militar Coronel Honorato Caldas e, no mesmo dia, o presidente da província, Gama Rosa, deixou a Paraíba. O novo regime iniciava-se sem mudanças significativas para a conjuntura local.

Percebemos então, que nessas proclamações de juntas, não havia a presença da população, não vemos a participação do povo, assim como não houve a participação popular na proclamação no Rio de Janeiro. Isso demonstra, no nosso entender, todo o caráter antipopular que se instalaria nos primeiros passos da república na Paraíba, a qual seria marcado por lutas pelo poder das oligarquias paraibanas e os domínios destas, no campo da política. Assim, vale ressaltar que a primeira república paraibana tem como característica a presença e a dominação por oligarquias políticas. Conforme nos afirma Sousa Junior (2015, p. 89)

Durante o primeiro período republicano o poder passou a ser exercido pelos coronéis e as oligarquias que controlavam a Paraíba. Como as coisas não mudaram muito e a Província agora convertida em Estado continuaram pobres e com a população ainda mais carente, as oligarquias assumiram o lugar do Império unitário. Com isso, a chamada República Velha de 1889 a 1930, é também denominada na Paraíba como no Brasil, de república oligárquica, isto é, de predomínio das oligarquias. Nesta fase o Estado passou por três oligarquias: o venancismo (Venâncio Neiva), o alvarismo (Álvaro Machado), epitacismo (Epitácio Pessoa).

Percebemos que não diferente das outras províncias de outras regiões, a presença de oligarquias, a falta de liberdade política e opressão causada por essa, será mais um traço característico da política paraibana do período. Esse período também foi marcado pela corrupção, violência, e a prática do coronelismo, esses foram meios bastante utilizados na república paraibana. Nesse sentido nos afirma Gurjão (1999, p.56)

Na Paraíba, durante a República Velha, as lutas entre famílias foram uma constante. A corrupção e a violência caracterizaram as disputas entre a oligarquia situacionista e oposicionista nos municípios. Comumente “coronéis” mandavam seus “cabras” emboscar e agredir seus adversários, quando não se articulavam com bandos de cangaceiros para maior eficiência do “serviço”.

Sobre a participação do povo no processo eleitoral, é conhecido a famosa prática do voto de cabresto, cada oligarquia buscava recrutar o maior número de eleitores, utilizando-se muitas das vezes de alistamento clandestino, bem como o falseamento de votos nas urnas. Portanto, a participação da população no processo de eleição era apenas uma teatralização para fortalecer o poder das oligarquias paraibanas. Consoante nos afirma Sousa Junior (2015, p. 89)

Durante a Primeira República, a participação do eleitorado no processo político tinha aspecto meramente formal e decorativo, eram convocados apenas para homologar as escolhas previamente estabelecidas pelos chefes políticos. As máquinas eleitorais eram, aparentemente, acionadas pelos partidos, mas a vontade que prevalecia era o partido do chefe estadual com alianças locais, em outras palavras, predominava na Paraíba um mandonismo local.

Percebemos assim que esse período será marcado por essa combinação, de um lado a atuação das forças oligárquicas e por outro o apoio da política coronelista, essas duas frentes de atuação iram ditar o comportamento dos jogos de poder na política paraibana.

Entretanto, voltando o nosso olhar para a formação dessas primeiras tentativas de juntas governamentais, destacamos que a primeira junta do coronel Caldas foi anulada e desintegrada, pois o coronel Honorato Caldas não aceitava a presença de um civil, então, logo após esse episódio, foi formada outra junta e no lugar do civil quem assumiu o posto foi Venâncio Neiva⁵, esse fato acabou irritando Caldas que queria continuar governando e ser proclamado governador da Paraíba. Essa sede do poder o levou a realizar um comício para conseguir a aclamação com o apoio de alguns catetes, no entanto, o plano não dá certo e no fim o coronel acaba sendo preso no quartel.

No desenrolar desse processo, para harmonizar a situação do quadro dos primeiros passos da republicana paraibana, quem assume o governo, por um período curto, o Capitão João Claudino de Oliveira Cruz. Conforme nos diz Sousa Junior (2015, p.88):

E por ordem do Ministro da Guerra Benjamim Constant, o Capitão João Claudino de Oliveira Cruz assumiu o governo da Paraíba onde permaneceu até o dia 6 de dezembro quando chegou de Catolé do Rocha para investir-se no cargo o Doutor

⁵ Venâncio Neiva foi o primeiro governador republicano do Estado da Paraíba, onde exerceu o mandato de governador de 1889 a 1891 e posteriormente atuou como senador de 1918 a 1930.

Venâncio Neiva [grifo nosso] que politicamente harmonizou a família paraibana desavinda em dois partidos desde o império da Paraíba.

Dois anos após a Proclamação da República e com a crise do governo provisório e a renúncia de Deodoro da Fonseca em 1891, e assunção ao poder por Floriano Peixoto, temos uma consequência direta na Paraíba, a queda da sua primeira oligarquia: o venancismo. Um fato interessante é que o primeiro Presidente da República Venâncio Neiva, que iria governar o Estado por um período de dois anos (1889-1891), era reconhecidamente monarquista e não havia militado na política até então. Venâncio Neiva, segundo relata a historiadora Eliete Gurjão (1999) somente foi nomeado ao cargo, por causa do prestígio que dois de seus irmãos gerais, tinham junto a Deodoro da Fonseca.

Todavia, apesar de um curto governo, podemos destacar alguns fatos que marcaram o governo, como: o uso da máquina pública para favorecer seus familiares com os cargos mais rentáveis, a eleição de três senadores e cinco deputados para a primeira constituinte nacional, bem como a promulgação da constituição da Paraíba em 5 de agosto 1891 e a organização política do Estado e seus municípios. Também vale ressaltar o apoio político que Venâncio Neiva deu a família Pessoa, a qual futuramente se tornaria uma forte oligarquia política no Estado, principalmente no apoio a figura de Epitácio Pessoa, que na época do venancismo era secretário-geral do governo do Presidente de Estado, e que futuramente chegaria a ser Presidente da República (1918 – 1922).

Após esse episódio da troca de Presidente da República e o término do *venancismo* na Paraíba, temos o estabelecimento de uma nova força política que permaneceu no poder por vinte anos: a oligarquia alvarista. Essa oligarquia tinha como líderes o major do Exército Álvaro Machado e o padre Walfredo Leal⁶, que como será mostrado mais adiante, eram amigos de infância de Dom Adauto. Nesse sentido, ressaltamos a importância de entender o processo do estabelecimento dessa oligarquia, pois, é de grande importância para compreendermos a ligação dela com a ação do Bispo Dom Adauto e toda essa relação de poder entre Igreja e governo na Paraíba republicana.

A oligarquia Alvarista tinha como presidente Álvaro Machado e como vice-presidente Walfredo Leal, ambas as figuras públicas que pertenciam à famílias ligadas a propriedade rural, sendo responsáveis por fundar o Partido Republicano da Paraíba (PRP), o qual irá exercer uma forte oposição ao Partido Autonomista liderado por Venâncio Neiva. Conforme nos diz Dias (2008, p. 67):

⁶ Walfredo Leal foi um sacerdote da Igreja Católica e político paraibano (deputado estadual e federal, vice-presidente de Estado, governador e senador), também foi um dos líderes do partido Republicano paraibano.

A oposição ao poder de Álvaro Machado tornou-se inoperante do ponto de vista de espaço político-administrativo. Os alvaristas, assegurados pela política dos governadores e pela prática do coronelismo, garantiam que a oposição não lograsse a chegar ao poder municipal nem ao estadual. Com isso, a oligarquia situacionista perpetuava-se no poder, sempre beneficiada por concessões dadas pelo Presidente da República.

Álvaro Machado obteve dois mandatos no governo no Estado da Paraíba e ao lado do seu vice Walfredo Leal, também atuou como Senador, revezaram seus poderes, usando do jogo político e da prática do coronelismo para afastar a oposição de ter êxito nas tentativas de assumir os poderes municipais e estaduais. De uma forma geral, a atuação da oligarquia alvarista que permaneceu no poder por vinte anos, até a morte de Álvaro Machado em 1912, foi marcada por uma habilidade no jogo político, favorecimento de familiares no cargo, ameaças a oposição e como será visto adiante, nos jogos políticos entre a oligarquia alvarista e o bispo Dom Adauto, como ambos trocavam favores para fortalecer seu poder perante a população paraibana.

Não iremos abordar sobre a terceira oligarquia *epitacista* (1915-1930), pois não é interessante no momento para o nosso recorte temporal e do contexto dentro da atuação do Bispo Dom Adauto.

No próximo tópico iremos dissertar sobre uma breve trajetória do Bispo Dom Adauto, apontando alguns pontos da sua biografia dentro do contexto da primeira republicana, e como ele atuou como baluarte da Igreja Católica e a partir de seu prestígio conseguiu influenciar vários setores da sociedade.

2.1 Dom Adauto: do nascimento à consagração de arcebispo na Paraíba.

O primeiro Bispo e Arcebispo da Paraíba, Adauto Aurélio de Miranda Henriques nasceu na cidade de Areia, localizada no brejo paraibano, no dia 30 de agosto de 1855, era filho do Coronel Idelfonsiano de Miranda Henriques e Laurinda Esmeralda de Sá Miranda Henriques, os quais eram proprietários do engenho Buraco. Segundo nos diz Dias (2008, p.98):

Foi alfabetizado até oito anos de idade, por sua mãe, quando passou a frequentar a escola primária de Areia, tendo como colegas de sala Álvaro Machado e João Machado, futuros presidentes da Província da Paraíba, e Walfredo Leal, que se tornou monsenhor e vice-presidente da Província.

É importante ressaltar a relevância dessas três figuras públicas e o vínculo de amizade desses, pois o bispo usará dessa amizade para ganhar espaço e fortalecer o seu papel de

intelectual e ator social, bem como a força e imagem da Igreja Católica, exercendo influências na política local com o apoio e as alianças das oligarquias paraibanas.

Ainda na infância, aos 10 anos, o futuro bispo da Paraíba, despertou o seu lado vocacional para exercer o sacerdócio e em 1872, na sua cidade de nascimento, inicia seus estudos de latim já projetando cursar teologia no futuro. No ano de 1875, com o apoio do Coronel Joaquim Salustiano Pereira de Melo, proprietário do engenho Cafundó, seu tio materno, Dom Aduino consegue a quantia necessária para iniciar a sua trajetória religiosa e intelectual, passando por uma breve estadia em Pernambuco e depois embarcando para o seminário de Issy em Paris.

No seminário de São Suplício em Issy, Aduino inicia seu curso de Humanidades (1875-1876), e após o término desse, iniciam-se os cursos de Teologia e o seu Doutorado em Direito Canônico, os quais foram realizados no Colégio Pio Latino-Americano entre os anos de 1877 e 1882, localizado em Roma na Itália.

O ano de 1880 é uma data bastante significativa para a trajetória de Dom Aduino, pois é nesse ano que o mesmo foi ordenado padre na Basílica de Nossa Senhora de Loreto, e dois anos após a consagração volta para o Brasil onde é nomeado como professor de Filosofia Retórica, Francês e Direito Canônico do Seminário de Olinda.

Sobre o convite para ser bispo, Dom Aduino já havia sido convidado através de uma carta pelo internúncio Jerônimo Gotti, em nome da Santa Sé, para assumir o bispado da diocese de Curitiba, porém o mesmo não aceitou, e após um período de licença para fazer seus tratamentos de saúde, ele volta para lecionar no Seminário de Olinda, e novamente é convidado para assumir o bispado, contudo dessa vez era para a Diocese da Paraíba, qual , segundo o seu biógrafo Francisco Lima (1956), foi aceite de bom grado, pois Dom Aduino “nunca escondeu o gosto que experimentava de ter sido o primeiro bispo e primeiro arcebispo da Paraíba.” (DIAS, 2008 *apud* LIMA, 1956, p.140).

Diante do aceite, algumas questões podem ser levantadas para entendermos mais sobre a trajetória da figura em questão. Como foi a sagração de dom Aduino? Como foi à reação do clero paraibano, das oligarquias políticas e da sociedade, em geral? O historiador Sousa Junior nos conta sobre esse episódio (2015, p.160):

Sua sagração episcopal ocorreu na capela do Colégio Pio Latino Americano, em Roma, a 7 de janeiro de 1894, e a posse, na Paraíba, em 4 de março do mesmo ano. Este fato foi bastante comemorado pelo clero paraibano pois, agora iriam ter seu próprio Bispo cuja formação era oriunda de Roma, visto que, teria tido uma excelente formação sacerdotal e poderia trazer novos ensinamentos ao povo paraibano, além de ter se tornado um fiel defensor da Igreja Católica e dos seus projetos de restauração.

Essa comemoração além de demonstrar uma aceitação por parte do clero, revela o prestígio intelectual que dom Aauto já representava, pelo fato de ter se formado em Roma e ter tido contato pessoal com o Papa Leão XIII para com o clero paraibano, que futuramente estariam submissos à influência intelectual exercida pelo primeiro bispo da Paraíba, que atuou como um intérprete do papa, se apropriado de seus escritos e explicando os assuntos mais complexos de maneira mais simples e assim escrevendo e fortalecendo a sua imagem e representação de intelectual . Por outro lado, a reação das oligarquias, as nossas referências nos apontam que houve uma grande festa de recepção na posse de Dom Aauto na Diocese da Paraíba, e que nessa festa houve participação do povo em geral e com autoridades do Estado constituídas por uma elite oligárquica (DIAS, 2008)

No período entre 1894 a 1912, o grupo oligárquico que dominou a política paraibana conhecido por *alvarismo*, exercerá um papel importante na relação entre Igreja e Estado. Essa oligarquia tinha como representantes os amigos de infância do bispo, como presidente do Estado, Álvaro Machado e como vice-presidente, o padre Monsenhor Walfredo Leal.

Nesse quesito é interessante perceber como o bispo Dom Aauto se utilizou dessa aliança política para fortalecer e restauração do catolicismo no Estado. Conforme nos diz Sousa Junior (2015. p.169-170):

Assim como os irmãos Machado, monsenhor Leal e Dom Aauto pertenciam a famílias ligadas a propriedade rural, os integrantes do grupo político de Dom Aauto foram selecionados por critérios de representatividade política e interesses econômicos e religiosos. Dom Aauto de forma inteligente e estratégica se valeu das relações com os círculos oligárquicos para carrear recursos, subsídios e favores em prol da organização eclesiástica e reafirmação do catolicismo em solo paraibano. Articulado politicamente, Dom Aauto valeu-se da receptividade com que trafegava no cenário político paraibano, para montar sua estrutura administrativa a frente da diocese para restaurar a influência político-doutrinária da Igreja através de campanhas institucionais e missões católicas ao interior da Paraíba.

Nesse sentido, percebemos que houve uma aliança entre essas figuras públicas que pertenciam às famílias ligadas a propriedade rural e já dominavam a política paraibana, e segundo o autor citado acima, a escolha deu-se por critérios de representatividade político e interesses econômicos e religiosos. Estabelecendo assim uma troca de favores entre ambos, e se por um lado por parte da oligarquia alvarista os favores concedidos ao bispo consistiam em homenagens, oferecimento de recursos e subsídios para auxiliar a organização eclesiástica e reafirmar o catolicismo no Estado. Por outro lado, de acordo com Sousa Junior (2015, p.169):

Para fazer jus ao apoio recebido dentro e fora da organização eclesiástica e pelos irmãos Machado, Dom Adauto colaborou com os dirigentes oligárquicos, celebrando missas, te-déuns e solenes pontifícias em dias festivos de posse e natalício, atuando como primeiro celebrante em casamentos, batizados e crismas de figuras eminentes dos clãs oligárquicos, e até mesmo integrando comitivas oficiais em recepções, formaturas e viagens pelo interior do Estado.

No ano de 1914, Dom Adauto é elevado a Arcebispo da Paraíba, aumentando o seu poder de influência. De maneira geral, podemos afirmar que durante todo o período do seu bispado, que durou em torno de quatro décadas, Dom Adauto se articulou e soube atuar em diversas áreas da sociedade, exercendo sua influência tanto na área religiosa como política e na educacional, chegando a escrever várias cartas pastorais, e criar jornais como “A Imprensa” e “oito de setembro”, também chegou a fundar alguns colégios de cunho religiosos, seminários e realizar várias visitas pastorais. Dom Adauto Aurélio de Miranda Henrique faleceu em 15 de agosto de 1935 na capital paraibana tendo seu corpo sepultado na Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves.

3 O INTELLECTUAL DOM ADAUTO E O SEU PENSAMENTO POLÍTICO

Na introdução desse artigo, ressaltamos que a nossa pesquisa está inserida no campo da história intelectual que mantêm um diálogo com a história política e história cultural. Isto posto, sabemos que a história intelectual vem ganhando força nas últimas três décadas, após passar por um período de revisão de novos enfoques e problemáticas. Assim, nesse tópico iremos problematizar o nosso objeto de estudo, a partir da definição de uma das maiores referências desse campo da história, Sirenelli (1996), entendendo que o objeto específico da história intelectual é o pensamento político dos intelectuais.

Todavia, nossa primeira questão é definir o que é ser um intelectual. Para posteriori problematizar o pensamento político do bispo Dom Adauto, que embora sua atuação esteja intrinsecamente ligada ao campo religioso, não ficou restrito apenas a esse campo, mas atuou e influenciou vários outros setores da sociedade, a partir de suas cartas pastorais e outros escritos em jornais.

Assim sendo, reconhecemos a existência de dificuldades para a definição da palavra, devido ao seu caráter polissêmico. Conforme nos diz Sirenelli (1996, p.242): “o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critérios de definição da palavra, de tanto que esta noção e esta palavra evoluíram”.

Essa evolução, mudança e caráter polissêmico da palavra fez com que Sirinelli não trouxessem uma solução, mas uma proposição de delimitação de duas verosímeis definições para o termo. A primeira consiste em pensar o intelectual através de uma perspectiva cultural, entendendo enquanto um agente criador/mediador cultural, e a segunda, enquanto um ator social, sendo uma figura de destaque na sociedade, reconhecida por seus pares e que exerce uma intervenção na sociedade em que está inserido. Nesse sentido, percebemos que Dom Adauto se enquadra em ambas perspectivas, pois, foi professor de seminário, escreveu cartas e jornais e atuou enquanto ator social, intervindo na sociedade.

Assim sendo, precisamos refletir sobre a influência dos intelectuais na sociedade, bem como a influência de suas ideias na sociedade. Cada intelectual pertence ao seu meio ou classe, neste ambiente ele desenvolve suas ideias e seus escritos que reverberam de maneira restrita não apenas no meio intelectual, mas seus discursos ecoam fora desse círculo. Conforme nos diz Sirenelli (1998, p.265)

o meio intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior. É afinal o que dá a sua especificidade à «alta intelligentsia»: dela participam os que possuem, a um ou outro título, poder de ressonância.

Portanto, ao problematizarmos a figura de Dom Adauto e o seu lado intelectual, buscamos compreender como seus discursos repercutem na sociedade paraibana, como ele buscou “colorir o ambiente” a partir de suas cartas pastorais que iremos analisar mais na frente. Entretanto, faz-se necessário indagarmos quais foram os intelectuais que influenciaram e serviram como base teórica para Dom Adauto desenvolver seu pensamento político? Qual a atuação de Dom Adauto no campo dos debates das ideias intelectuais na primeira década do século XX? Para responder tais questionamentos, nos apoiamos na obra de Borges (2016) que estudou o pensamento político-teológico do primeiro bispo e arcebispo da Paraíba. Desta maneira, é necessário pensar o bispo em um contexto onde ele era reconhecido enquanto baluarte e representante da Igreja Católica que tinha seus objetivos e motivos para recuperar seu prestígio e influência na sociedade desde a proclamação da república.

Sobre a atuação de Dom Adauto e a luta da Igreja Católica, é necessário contextualizar e apontar uma luta em particular: os direitos constitucionais dos católicos. De acordo com Borges (2016, p.15):

A Constituição republicana fez a separação da Igreja com o Estado, consolidou a liberdade religiosa e, por consequência direta da nova orientação política liberal, deixou de contemplar direitos do interesse direto dos católicos na Carta Magna brasileira. O principal deles, a não inscrição do nome de Deus no preâmbulo da Constituição, foi, segundo a visão do clero nacional, o mais duro golpe sofrido pela Instituição católica, fato sem precedentes na história do Brasil.

Dom Adauto atuou de 1894 a 1935 a frente da Diocese da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e a partir dos seus escritos teceram várias críticas a democracia liberal republicana, pois o seu pensamento era de que foi instituído uma constituição ateia, com a retirada do nome de Deus no preâmbulo da constituição. Sendo necessária a atuação dos fiéis para restaurar o poder e papel da Igreja perante a sociedade e conseqüentemente atuar no que combate aos que o bispo chamava de males da modernidade, bem como ao catolicismo popular, outras religiões e concepções ideológicas: espiritismo, protestantismo e ideias como o racionalismo, o marxismo, ateísmo, entre outros.

Em suas cartas pastorais, Dom Adauto também abordou temas como: Deus, Pátria e Nação, sempre ligado a questão da fé ao patriotismo, com o objetivo de despertar um sentimento de dever e responsabilidade política para o fiel católico. Onde o fiel, enquanto cidadão teria uma função política e religiosa, e deveria se deslocar de uma consciência cristã para uma consciência cidadã e interferir no meio político. (Borges, 2016). Sobre essas questões, iremos abordar especificamente no próximo tópico a partir de algumas cartas pastorais do bispo.

Contudo, voltando nosso olhar sobre o pensamento e escritos de Dom Adauto, estes tiveram por base intelectual e fundamentação teórica algumas ideias e teorias dos contrarrevolucionários a Revolução Francesa, dentre elas: organicismo social, providencialismo histórico e a visão orgânico-jurídica. Conforme nos diz Borges (2016, p.89):

A intervenção política de D. Adauto na República decorre da sua ação político-religiosa que visava à formação de um capital sócio-político-religioso para ser utilizado como mecanismo de pressão para reformar a Constituição. Para tanto, D. Adauto se utilizaria de fundamentação teórica com base no organicismo social de Bonald, no providencialismo histórico de Maistre e na visão orgânico-jurídica de Stahl.

Nosso objetivo não é explicar detalhadamente sobre essas ideias que embasaram o pensamento de Dom Adauto,⁷ mas ressaltar que os argumentos utilizados pelo bispo em seus escritos têm inspiração desses intelectuais contrarrevolucionários, principalmente quando o

⁷ Nesse sentido, recomendamos a leitura do capítulo três: A fé e o patriotismo a serviço da Igreja, em específico o tópico 3.1: “a sociologia da ordem de Bonald e a história providencialista de Maistre” da tese de Borges (2016) onde são abordados tais ideias.

tema abordado envolve combate ao indiferentismo religioso, ateísmo, fé e patriotismo, conforme iremos ver no próximo tópico ao analisarmos algumas cartas pastorais. Destarte, para situar o leitor, iremos falar brevemente sobre o pensamento de Bonald e Maistre, buscando compreender como Dom Adauto atuou no campo das ideias, se utilizou e até ressignificou algumas ideias, por exemplo, a defesa do primado da sociedade orgânica, proposta por Maistre, que justificava a necessidade da autoridade de um poder unificador: o Rei, na sociedade política, e o Papa, na sociedade religiosa, foi ressignificada para o contexto republicano brasileiro, para defender a importância da religião católica e sua função social na sociedade.

Em síntese, Louis Gabriel Ambroise, visconde de Bonald (1754-1830), foi um pensador político francês que desenvolveu uma sociologia que ficou conhecida como “sociologia da ordem” tendo por base a presença de Deus na formação das sociedades humanas. O seu pensamento era conservador, monárquico e teocrático. Crítico da Revolução Francesa, Bonald se preocupou com aspectos teóricos do modelo da sociedade Francesa, sobretudo a ideia de que a soberania popular fez a religião perder a sua função social. Essa ideia será abordada na carta pastoral “Deus e Pátria” (1909). De acordo com Borges (2016, p. 93):

Na visão de Bonald, os homens seriam incapazes de governarem a si próprios sem a presença da religião, ou seja, os homens não seriam a fonte mais segura para ordenar a sociedade. Daí a necessidade de uma nova teoria que justificasse a supremacia da religião sobre o princípio da soberania popular, originado da própria Revolução.

Na concepção desse autor, a modernidade desde seus primeiros passos já estava fadada ao fracasso, pois ao colocar o princípio de soberania popular em primeiro lugar, em detrimento da religião, ignorando-a enquanto reguladora da sociedade, essa sociedade moderna não teria como ter êxito, pois o homem não seria a fonte mais segura para ordenar a sociedade. Ainda de acordo com Borges (2016), refletindo sobre essas questões, Bonald desenvolve sua doutrina fundada em três pontos principais: o poder único (Deus), a religião tradicional (catolicismo), e as diferenças sociais (justificada nas hierarquias religiosa e política), nesse sentido, como base nesses três pontos ficava claro que o homem não poderia se opor a esses argumentos e reivindicar a autoria do mundo político e social.

Para Bonald, o homem era dependente da vontade divina e devedor da sociedade natural, portanto, isso mostrava que o homem não teria capacidade de ser legislador da sociedade, e demonstrava que a ideia de soberania popular, defendida pela Revolução

Francesa, era incompatível diante da insignificância do homem perante o campo social e político.

Outro teórico que também influenciou o pensamento intelectual de Dom Adauto, foi Maistre. Iremos de formar breve apontar algumas ideias de Maistre que influenciaram a formação do pensamento político-teológico do Bispo. Dentre suas ideias, estava a teoria do “providencialismo histórico” que consistia na defesa da visão providencialista justificada pela intervenção divina na história. De acordo com Borges (2016, p.106)

A história providencialista de Maistre seria largamente apropriada pelo pensamento teológico-político da Igreja. A defesa do primado da sociedade orgânica justificava a necessidade da autoridade de um poder unificador: o Rei, na sociedade política, mas não somente ele; também o Papa, na sociedade religiosa. A sua teoria, no entanto, vai aos poucos desigualando as forças para conferir um poder diferenciado à Igreja, a fim de fazer jus à matriz divina que perpassa todo o seu pensamento político [...] Maistre impunha limites ao poder dos reis. Apesar do seu poder absoluto, os reis deveriam ouvir a voz de Deus, depositada na Igreja. A Igreja, na condição de depositária da palavra divina, deveria orientar os reis sobre os seus deveres, orientando-os sobre a melhor forma de governa.

Se por um lado, de acordo com Bonald, tínhamos a desvalorização do povo, frente a sua incapacidade e insignificância no campo político, social e a necessidade da religião na sociedade, por outro tínhamos por parte de Maistre, a divinização do Estado e o fortalecimento da figura do Papa/Igreja com o objetivo de orientar as autoridades de como melhor governar. São nessas fontes que D. Adauto irá embasar suas teorias, mesmo reinterpretando para o contexto republicano no Brasil, para defender e formular seu discurso e influenciar seus fiéis para também lutar no campo político, defendendo os interesses da Igreja Católica.

Por conseguinte, no próximo tópico iremos analisar duas cartas do bispo Dom Adauto: “Dos Males da ignorância Religiosa” (1905) e “Deus e Pátria” (1909) com o objetivo de perceber as ideias de Bonald e Maistre em seus escritos e como o bispo se utiliza do seu prestígio e influência para construir uma representação de intelectual perante seus subordinados e a sociedade.

3.1 As cartas pastorais: dos males da ignorância religiosa (1905) e Deus e pátria (1909)

Nesse tópico iremos explorar algumas cartas pastorais para analisar o pensamento e o lado intelectual de Dom Adauto. Essas cartas fazem parte do arquivo eclesiástico da

arquidiocese da Paraíba que estão divididas em três tomos. O recorte temporal que essas cartas cobrem vão de 1894 a 1935. É interessante perceber que essas cartas pastorais de Dom Adauto, além de serem vistas como instrumento de difusão das palavras de ordem eclesiástica, um importante veículo de propagação dos apelos sociais em prol do catolicismo, também nelas pudemos notar as percepções sociais que o bispo e a Igreja tinham sobre a sociedade, bem como perceber como os discursos presentes nos escritos abordavam os mais variados temas políticos, sociais e religiosos e que esses atingiam não apenas os fiéis, mas uma boa parte da sociedade que tinham acesso a essas publicações no jornal “A Imprensa”. Nesse sentido, vale ressaltar que esse jornal era um dos meios de divulgação dessas cartas pastorais e que a utilização desses jornais serviu muitas das vezes como propaganda católica e dos bons costumes, bem como “campo de batalha” entre os ideais católicos no combate a outras religiões e ideologias.

Assim, voltando as questões das cartas, escolhemos apenas duas cartas que no momento nos atende no nosso objetivo de pesquisa: “Dos Males da ignorância Religiosa” (1905) e “Deus e Pátria” (1909). Contudo, sabemos que é necessário, termos o cuidado para contextualizar essas cartas, considerando que não existe neutralidade no documento, e que no caso de Dom Adauto e seus escritos, os conteúdos das cartas não se restringem apenas a escrita de si, ou a opinião do autor, mas carrega um pensamento que representa uma instituição, nesse caso a ideologia da Igreja da época e suas intenções. Conforme nos diz Bacellar (2005, p. 63).

contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador! Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreve. Uma carta pastoral de um bispo, por exemplo, é a opinião do próprio autor, mas profundamente inserido em um panorama ideológico da Igreja daquele momento e daquele local. A interação do bispo com sua comunidade e com os outros membros do clero, dará um tom muito específico a essa carta, e deve ser considerada.

Nesse presente artigo, foi dito que o pensamento político e o lado intelectual do bispo Dom Adauto, teve influência dos autores contrarrevolucionários, os quais teceram suas críticas a Revolução Francesa e aos seus defensores que desprezavam o papel da religião na modernidade. Nosso objetivo nesse tópico é por um lado perceber como o bispo ao comentar a encíclica papal, cria para si a representação de intelectual, fortalecendo sua imagem enquanto intérprete papal, e conseqüentemente aumentando assim seu poder de influência. Por outro lado, perceber que os argumentos utilizados por Dom Adauto sobre a defesa da

Religião Católica como um meio necessário para manter a ordem e a liberdade da sociedade, está embasada nos argumentos de Bonald e Maistre.

Para compreender com Dom Adauto cria para si uma representação de intelectual, dialogamos com Roger Chartier, utilizando-se do conceito de representação. De acordo com Chartier (2002. p.17):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Nesse sentido, o conceito de representação proposto por Chartier (2002) nos permite perceber não apenas como Dom Adauto constrói uma representação de intelectual e de um homem que deveria ser respeitado, por ser um exímio educador, mas compreender como essa percepção social de Dom Adauto diante dos males causados pela ignorância da doutrina cristã e o desprezo pela religião, levará ao bispo produzir discursos que não são neutros, mas sim carregados de interesses e intencionalidades visando despertar na sociedade católica paraibana uma consciência cidadã para juntar-se na luta contra o indiferentismo religioso, no combate ao ateísmo constitucional, em defesa de uma pátria que valorize a religião católica restaurando assim a função social da Igreja perante a sociedade.

Doravante, iremos analisar alguns comentários de Dom Adauto sobre a carta “Dos Males da Ignorância Religiosa”. Essa carta foi escrita em 1905, e nela é apresentada a Encíclica papal “Acerbo nimis” sobre a doutrina cristã, que era de grande importância tanta para o clero subordinado ao bispo, bem como para a população de fiéis. Após apresentar a encíclica papal “acerbo nimis: sobre o ensino da doutrina cristã” traduzido direto do latim, Dom Adauto passa a comentá-la de forma didática, reforçando o argumento do Papa e em seguida utiliza-se de exemplos do cotidiano para facilitar o entendimento de seus leitores sobre os males da ignorância religiosa e as suas consequências para a sociedade. Essa prática de comentar as encíclicas em suas cartas, de colocar seus escritos ao lado dos escritos papais, era uma forma do bispo reforçar sua imagem de homem culto, intelectual, bem como de se posicionar enquanto intérprete papal. Conforme nos diz Silva (2012, p.22):

Nas cartas apostólicas escritas pelo papa para os estados de sua influência, Dom Adauto fazia questão de comentá-las, incluindo textos de sua autoria nesses escritos

papais direcionados aos párocos e a população em si, fazendo uma espécie de resumo das ideias papais. Desse modo, podemos constatar que, além desse capital cultural e do chamado capital políticos pensados a partir da sua liderança na Igreja católica na Paraíba, ele verticaliza esse poder se colocando como um intérprete da vontade papal.

No segundo parágrafo do seu comentário, Dom Adauto enfatiza o ponto central da encíclica: a causa principal da crise da Religião é a ignorância das coisas divinas, e que essa ignorância atinge todas as classes da sociedade. Essa ignorância das coisas divinas leva ao indiferentismo religioso que conseqüentemente trará males para a sociedade, como a falta de liberdade, desordem no ambiente privado e pública, violência, desobediência, tirania, etc. Ao longo dessa carta, Dom Adauto reforça a ideia que é necessário pensar a conseqüência de um mundo sem religião e o que isso traria para a sociedade. Em sua concepção, uma sociedade sem religião, que é a vida do corpo político, estaria fadada a dissolver-se:

Tem-se falado muitas vezes sobre o estado a que o fanatismo religioso pode levar um povo; mas é preciso saber que o fanatismo se origina justamente da falta de instrução religiosa e é preciso conhecer também o que chegaria a ser o mundo social sem a Religião. Dizemos, pois, servindo-os das palavras de um ilustre escritor: << A Religião é a vida de um corpo político, este não tem outra alternativa: ou conservar-se com ela, ou dissolver-se sem ela.>> (CARTA PASTORAL, 1905. p.16)

Percebemos já de início nesse argumento de Dom Adauto a influência do pensamento sociológico de Bonald, quando afirma que os homens seriam incapazes de governarem a si próprios sem a presença da religião e que a sociedade sem religião estaria fadada ao fracasso. Dom Adauto trabalha exaustivamente essa ideia em seus escritos, sempre tentando restaurar a força de influência da Igreja na sociedade. Na carta pastoral de 1905, o bispo orienta seus subordinados e fiéis a lutarem constantemente e energicamente contra a ignorância da doutrina cristã, e reforçando a união com o Papa. Conforme podemos ver em um trecho da carta:

Sim, Irmãos e Filhos caríssimos, o grande inimigo que devemos temer e contra o qual devemos lutar constante e energicamente, unindo-nos ao Moisés do Vaticano que nos diz: <<Se alguém é do Senhor junte-se a mim.>> (Exod, XXXII, 26), este grande inimigo é a ignorância da Doutrina de Cristo, ignorância que vai produzindo indiferentismo religioso com o qual é impossível nas famílias, nos Estados e na sociedade em geral a ordem e a liberdade. (CARTA PASTORAL, 1905. p.14)

É interessante perceber nesse trecho como o bispo se coloca como intérprete papal, deixando claro para seus leitores e subordinados, a importância de temer e lutar contra a ignorância da doutrina cristã, que é o tema principal da encíclica papal presente na carta, bem como da importância religião na sociedade, pois na concepção do bispo, a ignorância do

conhecimento da doutrina cristã gera o indiferentismo religioso, tornando-se assim impossível existir a ordem e a liberdade da sociedade. Deste modo, era necessário o ensino/instrução das coisas divinas não apenas para os fiéis, mas para todas as autoridades.

Um ponto importante que percebemos ao analisar essa carta é que Dom Adauto sempre volta ao tema da ignorância da doutrina cristã, o indiferentismo religioso e as suas consequências para a população e ao longo dessa carta, o bispo vai listando de forma didática os males que pode acontecer com a sociedade se continuar com a indiferença para a religião.

Em outro trecho da sua carta, o bispo reforça o argumento que o indiferentismo religioso, é o responsável por gerar as “paixões desordenadas” no coração da população e o causador da ruína da ordem pública e da liberdade. Conforme podemos ver a seguir:

Sem a instrução das coisas divinas necessariamente prevalecerá o indiferentismo religioso. Ora, caminhando com a luz da razão e da experiência, vemos que é impossível prevalecer em um povo o indiferentismo religioso sem causar a ruína da ordem pública e da liberdade. [...] O indiferentismo religioso, com suas máximas atrevidas e cômodas, promove no coração dos povos todas as paixões desordenadas, torna-os mais inquietos e desobedientes, irrita-os contra o jugo das leis e das autoridades relaxa todos os vínculos domésticos e assim prepara a discórdia e a desordem na família e na sociedade. (CARTA PASTORAL, 1905. p.14-15)

No trecho acima, é interessante perceber como o argumento em defesa da instrução da doutrina cristã é elaborado. Já no início da citação, Dom Adauto é enfático em apontar a necessidade da instrução religiosa, recorrendo a uso da razão e da experiência para afirmar em seguida que se o sentimento de indiferença religiosa prevalecer na sociedade, inevitavelmente ocorrerá a ruína da ordem pública e da liberdade. Em seguida, ao apontar que o indiferentismo religioso é quem promove no coração da população as “paixões desordenadas”, o bispo traz de forma clara, em sua concepção, os exemplos dessa indiferença religiosa: povos inquietos, desobedientes, irritados contra as leis e as autoridades, bem como o relaxamento dos vínculos domésticos e a possibilidade da atuação da discórdia e desordem na família e sociedade. Essa forma de argumentar, nos remete a formação do bispo em filosofia e a sua atuação enquanto professor de filosofia retórica no Seminário de Olinda. Dom Adauto consegue, em nossa concepção, simplificar a compreensão do argumento da encíclica papal para os seus leitores, fortalecendo assim seu prestígio de intelectual.

Dom Adauto prossegue em sua carta argumentando sobre a importância da religião para a manutenção da sociedade, e que a Igreja enquanto representante de Deus na terra, deveria ser um meio de orientação para as autoridades e governos, para isso o bispo utiliza-se do argumento do teórico contrarrevolucionário Joseph Maistre, quando defende que a Igreja

deveria ser a orientadora das autoridades sobre a melhor forma de governar. Ele segue argumentando em defesa do papel da Igreja e religião na sociedade, ressaltamos aqui que um dos objetivos do bispo era persistir na luta pelo retorno dos direitos constitucionais dos católicos que haviam se perdido na constituição republicana, quando o nome de Deus foi retirado do preâmbulo, mergulhando assim a sociedade brasileira no ateísmo.

Isto posto, Dom Adauto traz o argumento que sendo Deus o criador da sociedade e do homem, e que uma sociedade não poderia existir sem uma autoridade, pois a autoridade tem origem sagrada, logo seria papel da Igreja assegurar a tranquilidade aos povos. Conforme podemos ler no trecho abaixo:

Para melhor assegurar a tranquilidade dos povos, a Igreja de Jesus Cristo, firmada sempre na doutrina de seu Divino Fundador, ensinando que, sendo Deus o criador da sociedade como do homem, não pode aquela existir sem uma autoridade, ensina também que esta é de *origem sagrada*, embora pertença livremente ao povo encarnada e concretiza-la, por esta ou aquela forma de governo, neste ou naquele homem; e assim firma os tornos dos reis e os direitos dos presidentes das republicas, colocando-os, como bem disse alguém, onde o mesmo Deus tem o seu trono - nas consciências. (CARTA PASTORAL, 1905. p.21)

A defesa da religião, o combate ao indiferentismo é algo comum em toda essa carta, todavia os discursos de Dom Adauto não se restringe apenas a um estilo apologético, pois, ao mesmo tempo ele tece suas críticas aos que condenam, desprezam a religião e defendem que a religião gera o fanatismo religioso. Conforme podemos ver no trecho abaixo:

Aqueles que nos dois últimos séculos levantavam a voz com o estrondo da trombeta para pregar o ódio e o desprezo da Religião; aqueles que reclamavam com gloria sua ter curado, como diziam, o corpo social de uma enfermidade violenta, o fanatismo, não viam que depositavam em seu seio germes de ruína e de morte!? Com seus sistemas já não haveria o que chamavam fanatismo religioso; haveria, porém, as desordens mais monstruosas, os vícios mais ignóbeis e mais vis, o egoísmo mais roedor e a depravação mais refinada, até que, dissolvidos finalmente todos os vínculos sociais, ver-se-ia reinar o fanatismo de todas as paixões desordenadas. O fanatismo religioso que só pode ser consequência da Religião mal compreendida, perturba, é verdade, a sociedade; mas a indiferença religiosa a mata: o primeiro é um furacão que agita, mutila e arranca os ramos da árvore social; a segunda, uma chaga secreta que a envenena até as raízes. E pode-se dizer, como um famoso escritor, que a indiferença religiosa é a tranquilidade dos sepulcros, mais destruidora que a própria guerra. (CARTA PASTORAL, 1905. p.17)

O trecho acima demonstra um discurso mais rígido de Dom Adauto contra os que desprezam a religião, mas essa citação traz outras questões pertinentes para analisarmos: a comparação entre as consequências do fanatismo religioso e a indiferença religiosa.

No primeiro momento Dom Adauto se dirige aos críticos da religião, apontando que esses ao se gloriarem no discurso de terem livrado a sociedade do fanatismo religioso, em sua

“cegueira” não perceberam que estavam semeando a ruína e a morte na sociedade, colocando no lugar do fanatismo religioso, males que seriam mais destrutivos para os vínculos sociais. No segundo momento da citação, Dom Adauto ameniza o fanatismo religioso, ao afirmar que esse apenas perturba a sociedade e é fruto de uma má compreensão da religião, e compara-o a um furacão que traz os seus danos para a sociedade, porém, sem ao ponto de destruí-la por completa, por outro lado, a indiferença religiosa seria “uma chaga secreta que envenena até as raízes”, ou seja, na concepção do bispo, a indiferença religiosa causa um mal mais profundo a sociedade, chegando a ser mais destruidora que a própria guerra.

Portanto, de acordo com os argumentos de Dom Adauto, para a sociedade permanecer funcionando era intrinsecamente necessária a presença da religião e o combate ao indiferentismo religioso, e que toda sociedade civilizada se orientou pela presença da religião na sociedade: “É preciso ainda observar que sempre presidiu a todos as sociedades civilizadas uma religião qualquer, mais ou menos perfeita: é uma regra invariável que não tem sofrido uma só exceção desde que o sol ilumina o mundo; e certamente não pertencerá a nossa querida Pátria desmentir a sabedoria dos séculos. (CARTA PASTORAL, 1905. p.18)

Para Dom Adauto, o Brasil também não deveria desconsiderar a “sabedoria dos séculos” ignorando a religião, que como foi dito, existia uma preocupação do bispado brasileiro, em lutar por reconquistar os direitos constitucionais dos católicos. Isto posto, analisaremos agora alguns trechos da carta “Deus e Pátria” (1909) buscando perceber como o bispo se posicionou perante o tema e como esse orientou e influenciou seus fiéis a atuar também no campo político em defesa da fé e da Pátria.

Ao analisar a carta “Deus e Pátria” (1909) percebemos como o pensamento de Dom Adauto com relação à posição do governo brasileiro ao valorizar a religião, mudou. Se no trecho da última citação acima da carta “Dos Males da Ignorância Religiosa “ (1905), o bispo ainda nutria um “esperança” de que o Brasil iria abandonar o indiferentismo religioso e passar a valorizar a função social da religião, o que percebemos na carta em questão, é um discurso menos conciliatório:

Têm-se visto no perpassar dos tempos grandes Impérios e Republicas apostatarem, deixando a verdadeira Religião para abraçarem uma religião falsa; mas se não tinha visto ainda renegarem toda religião. Estava isto reservado, infelizmente ao nosso querido Brasil, com o desprezo completo dos sentimentos religiosos e tradição de um povo! ... (CARTA PASTORAL, 1909. p.27)

Para Dom Adauto, o Brasil tinha renegado toda a religião, algo que nenhum Império ou governo republicano tinha feito, a pátria tinha desprezado os sentimentos religiosos e a

tradição de um povo, isto é, quando foi retirado do preâmbulo da constituição republicana o nome de Deus. Em sua concepção, o Brasil passava assim a ser governado por uma constituição atea desde o seu início e esse “pecado” traria grandes consequências para a nação, sendo necessário o arrependimento dos governantes e a reforma na constituição para o país voltar a ser um país de confiança, onde os fiéis poderiam voltar a amar a República. Em um trecho em sua carta pastoral, Dom Adauto comenta que esse “ateísmo constitucional” seria a principal causa dos males da República Brasileira:

Não é manifesto que aí está a causa principal dos grandes males da República Brasileira, e dos mais negros horizontes sobre nossas cabeças?! ... Sim, aí está o maior pecado, cuja terrível expiação virá infalivelmente oprimir-nos, se não recorrermos já e já a sua emenda. Povo cristão desde o primeiro instante de sua formação, é governado por uma Constituição atea, sem ter dado para isto nenhuma delegação! ... Tem querido amar a República, mas não o pode, porque o seu governo é ateu; não lhe inspira confiança alguma, porque violando os direitos de Deus, com maioria de razão, violará os seus. (CARTA PASTORAL, 1909. p.27)

É significativo perceber como os argumentos de Dom Adauto em defesa da religião permanece na carta em questão, no trecho acima enfatiza que esse seria o maior pecado da república brasileira e que era necessário recorrer urgentemente a uma emenda que modificasse a situação, pois além do governo ter se tornando ateu, os direitos de Deus enquanto autoridade suprema foi violado, esse fato impedia que o povo cristão conseguisse amar a república. Em outro trecho da carta, Dom Adauto revisita o argumento dos teóricos contrarrevolucionários, os quais defendiam que a Revolução Francesa tinha cometido um erro ao fundar sua sociedade afirmando o princípio que toda soberania/autoridade/poder emana do povo e não de Deus. Sendo assim, de acordo com o bispo era necessário que os compatriotas restituíssem os fundamentos naturais, os direitos de Deus nas leis brasileiras para que as instituições pudessem voltar a se desenvolver:

Pelo desenvolvimento regular de vossas instituições, respeitáveis compatriotas, restitui-lhe seus fundamentos naturais; fazei desaparecer do frontispício de nossas leis, esta máxima fecunda em revoluções: < o princípio de toda soberania reside essencialmente no povo.> Porventura, todos os legisladores em todos os tempos não tem afirmado que < o princípio de toda a soberania reside essencialmente em Deus?> E porque os governos da raça saxônia se acham mais fortes e gozam de maior paz interna do que os da raça latina, senão porque, de fato, a soberania e os direitos de Deus são oficialmente reconhecidos?! Infelizmente, porém, os governos da pobre América do Sul se deixaram dominar pela doutrina da Maçonaria da França, d’onde têm importado erros e vícios sociais sem pensarem nos castigos infalíveis da justiça divina. (CARTA PASTORAL, 1909. p.31-32)

A citação acima aponta algo bastante peculiar no argumento do bispo paraibano Dom Adauto, ele afirma que os governos saxões desfrutavam de maior força e paz interna pelo fato da soberania e os direitos de Deus serem reconhecidos em suas leis, ao passo que os países da América do Sul foram influenciados pela Maçonaria francesa, fonte de onde estaria sendo importados os erros e vícios sociais, sem considerar os castigos divinos que isso traria para os países.

Em outro trecho da carta, Dom Adauto é mais enfático no combate ao ateísmo e podemos perceber como ele se coloca como representante dos fiéis ao apontar que todos querem amar a República, mas não podem, pois, a República brasileira é atea e Deus odeia o ateísmo, logo isso torna impossível os fiéis amarem e servir a Pátria:

Fora, pois, o ateísmo da constituição brasileira! Fora o ateísmo oficial! Queremos todos amar a República, e não podemos amar o que Deus odeia: queremos todos amar e servir á Pátria, para cujo bem, paz e verdadeiro progresso, a Igreja de Jesus Cristo não faria mais do que tem feito no perpassar de quatro séculos, ainda quando tivesse sido expressamente fundada para sua felicidade e de seus filhos. Fora a política sem Deus e, portanto, sem justiça e sem consciência, para que não continue a ser uma das causas dos grandes males da Pátria querida, que já podia ser tão grande moralmente, quanto o é em território. (CARTA PASTORAL, 1909. p.31)

Diante desse quadro, Dom Adauto convoca os fiéis católicos a exercer seu dever cívico, exercendo assim uma consciência cidadã e interferir no meio político, de proclamar o que ele chamou de “princípios da ordem e os direitos imprescritíveis de Deus” na sociedade. Nesse sentido cabia a população católica o dever não apenas religioso em defesa da fé em Deus, mas também o dever cívico de interferir na sociedade, conforme nos diz um trecho da carta:

Mas o dever ao mesmo tempo divino e humano, o dever cívico ao mesmo que religioso, de um Bispo brasileiro, como de todo católico, neste momento tão crítico para a Pátria amada, é proclamar e proclamar bem alto os eternos princípios da ordem e os direitos imprescritíveis de Deus no seio da sociedade.” (CARTA PASTORAL, 1909. p.32)

Portanto, ao analisar às duas cartas pastorais “Dos Males da Ignorância Religiosa (1905) e “Deus e Pátria (1909), pudemos perceber onde se enquadra a atuação de Dom Adauto nos campos das ideias e como os seus discursos têm por base as ideias dos intelectuais contrarrevolucionários, bem como o bispo buscou influenciar e incentivar os fiéis a exercerem não apenas uma consciência religiosa, mas uma consciência política, em defesa da religião, isto é, o catolicismo romano. Ressaltamos também como Dom Adauto em seus escritos constroem para si a representação de intelectual se colocando como intérprete papal, e

utilizando-se dos argumentos dos teóricos contrarrevolucionários, criando assim uma escrita de si, onde o mesmo buscou fortalecer sua imagem de um homem que deveria ser ouvido e respeitado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos ao longo desse artigo, perceber como o bispo e arcebispo paraibano atuou através de apoios políticos para restaurar o poder de influência da Igreja na paraíba, bem como recuperar a função social da religião católica no contexto da Primeira República na Paraíba. Outrossim, a atuação de Dom Adauto enquanto baluarte e representante da Igreja no Estado paraibano, notamos que ele também construiu para si, a partir de seus escritos uma representação de um homem que deveria ser ouvido e obedecido pelos seus subordinados, bem como pelos os fiéis católicos que o viam como um exímio educador.

Desta forma, sobre as nossas indagações iniciais com relação à atuação de Dom Adauto no campo dos debates das ideias na primeira década do século XIX, durante nossas leituras e pesquisas e com base no diálogo contínuo com as nossas fontes e referências bibliográficas, inferimos que a base teórica para o desenvolvimento do pensamento político-teológico do bispo teve nítida influência de teóricos e intelectuais contrarrevolucionários, evidenciando assim o seu lugar enquanto intelectual. Ademais, percebemos ao analisarmos às duas cartas pastorais “Dos Males da Ignorância Religiosa” (1905) e “Deus e Pátria (1909), como D. Adauto se utilizou dos argumentos desses teóricos para apontar os males e perigos que a ignorância da religião poderia causar a sociedade, se essa não voltasse a reconhecer a autoridade divina e a função social da Igreja na sociedade paraibana republicana e na pátria brasileira.

Portanto, percebemos através dos escritos de Dom Adauto, como no seu discurso havia a presença constante de combate ao indiferentismo religioso e “o ateísmo constitucional” e que por vezes esses eram direcionados não apenas aos fiéis e seus subordinados, mas as autoridades e aos críticos da religião católica. Tendo seus escritos algumas vezes saindo do âmbito apologético e adotando uma postura mais rígida aos seus oponentes buscando assim reforçar a importância do papel da Igreja frente a política na sociedade paraibana.

Outra questão interessante que identificamos nos discursos do bispo, foi como ele ao se colocar como intérprete papal, e ao dispor seus escritos ao lado das encíclicas papais e

passando a comentá-las, buscou explanar os argumentos papais de forma didática, usando de uma escrita de fácil compreensão para seus leitores, objetivando assim construir para si uma representação ou imagem de intelectual, de exímio educador e fortalecer seu prestígio social perante seus leitores, subordinados e autoridades paraibanas.

Sobre o pensamento político-teológico de Dom Adauto foi significativo compreender a partir dos diálogos com Borges (2016) como o bispo se utilizou das ideias dos intelectuais contrarrevolucionários para atuar em defesa de uma reforma na constituição brasileira com o objetivo de resgatar o poderio da Igreja Católica na sociedade, e conseqüentemente de Deus, que teria tido o seu direito ultrajado com a retirada do nome de Deus do preâmbulo da constituição republicana de 1891, garantido assim os direitos constitucionais dos fiéis católicos. Da mesma maneira, ainda na questão dessa luta pelos direitos dos católicos, ao analisar as cartas pastorais podemos ver como o Dom Adauto se colocando algumas vezes como representante das vozes dos fiéis, buscou influenciar e convocar esses para se juntar a essa luta, procurando dessa forma para além da defesa da fé e consciência cristã, despertar uma consciência cidadã, consciência de amante da pátria nos fiéis católicos para combater os males da sociedade e, lutar por uma pátria onde o nome de Deus e a religião católica teria o seu lugar e função social restaurado e assim voltaria a ser o guia do Brasil Republicano levando assim um desenvolvimento do país nos âmbitos espirituais, morais, sociais e políticos.

Isto posto, inferimos que os nossos questionamentos foram respondidos e que essa pesquisa têm uma significativa contribuição para o estudo da história local, bem como para o campo de estudos da história dos intelectuais paraibanos, e que a ausência de mais fontes durante a nossa pesquisa, a exemplo de periódicos também escritos por Dom Adauto nos limitou a abordar outras questões em nossa pesquisa. Todavia, não descartamos a possibilidade, de estando em posse dessas fontes, de ampliar nossas pesquisas e problematizações em futuras oportunidades.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. Ed. Contexto. São Paulo, 2008, p.23-79.

BORGES, Donaldo de Assis. **A oposição da Igreja Católica à ordem jurídica republicana: o pensamento teológico-político de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques (1894-1935)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil, 2016.

DIAS, Roberto Barros. **"Deus e a Pátria": Igreja e Estado no Processo de romanização na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

FERNANDES, Paula Rejane. **A escrita de si do intelectual Jerônimo Vingt-un Rosado Maia: arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN) (1920-2005)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **A Paraíba Republicana (1889-1945)**. SILVEIRA, R. M. G, et all. Estrutura de poder na Paraíba. 1ª. ed. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1999, p. 138.

HENRIQUES, Dom Adauto Aurélio de Miranda. **Cartas Pastorais 1894 / 1935. Paraíba do Norte**. Arquidiocese da Paraíba. AEPB - Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

MALATIAN, Tereza. **Cartas: Narrador, registro e arquivo**. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195- 221.

SIRINELLI, Jean-François. **As Elites Culturais**. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). Para uma história cultural. Lisboa: Editora Estampa, 1998, p.259-279.

SILVA, Cezar Jose. **Dom Adauto de Miranda: As multifaces do primeiro bispo da Paraíba**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

SOUSA JUNIOR, José Pereira. **Estado Laico, Igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e religiosas – (1890-1930)**. Tese de Doutorado em História, UFPE, 2015.

FONTES

HENRIQUES, Dom Adauto Aurélio de Miranda. Dos males da ignorância. **Cartas Pastorais 1894 / 1935. Paraíba do Norte**. Arquidiocese da Paraíba. AEPB - Arquivo Eclesiástico da Paraíba, p.1-28

HENRIQUES, Dom Aauto Aurélio de Miranda. Deus e pátria. **Cartas Pastorais 1894 / 1935. Paraíba do Norte.** Arquidiocese da Paraíba. AEPB - Arquivo Eclesiástico da Paraíba, p.1-40